

# DA CIÊNCIA COMO VOCAÇÃO À CIÊNCIA COMO PROFISSÃO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Tatiana Schor

O motivo que me levou a realizar este trabalho não foi a pesquisa que estou fazendo para o curso de mestrado em Geografia Humana, muito pelo contrário, não está nem um pouco próximo ao meu tema. Esta preocupação com a qual este trabalho tenta lidar vem muito mais de minhas preocupações profissionais, como membro de uma instituição. Com o decorrer do curso fui me perguntando qual é o papel da Universidade e como se deu sua reestruturação no período pós-64. Percebi que um dos pontos importantes para começar a compreender a Universidade hoje, todos os seus problemas e debates, era entender algumas de suas mudanças históricas, principalmente as mudanças institucionais que ocorreram no período pós-1964. A minha preocupação com a institucionalização da pós-graduação no Brasil surgiu durante o período da disciplina *Temas do Brasil Pós-1964* através da leitura do texto 'A Pós-<Revolução> Brasileira' de Wanderley Guilherme dos Santos. Neste texto é discutido, entre outros assuntos, o desenvolvimento e a abrangência do sistema educacional no Brasil principalmente os seus aspectos no período pós-1964. Santos coloca que muitas das barreiras na estratificação educacional foram ultrapassadas e este fato se deve em especial à mudança do tipo de sociedade que vem à tona neste período.

*Do âmago da sociedade patriarcal, das relações de parentela, compadrio e do clientelismo principia a surgir uma outra sociedade, aberta, porosa, fluída, na qual as oportunidades de cada um estão sujeitas apenas aos azares da dinâmica do mercado, para o bem ou para o mal, e não mais a atributos adscritos - (...) - característica das sociedades tradicionais. É esta nova sociedade, aberta e porosa que aparecerá como sendo também mais educada.* <sup>1</sup>

É interessante que este novo tipo de sociedade e em especial esta nova forma de organização da educação no Brasil é consequência de um processo que não se inicia pós-1964 mas que vem permeando a sociedade há muito mais tempo e culmina em um determinado modelo neste período.

*(...) nos últimos vinte anos o país cresceu, urbanizou-se, industrializou-se, capitalizou-se, reprivatizou-se, reestruturou-se ocupacionalmente, educou-se, reordenou-se e tornou-se extraordinariamente mais complexo. **Sendo certo que vários desses aspectos não são privilégio das duas décadas recentes** e que não são claros em sua formulação sucinta, (...) <sup>2</sup>*

Procurarei a partir dessas idéias, isto é, da mudança de modelo social e do fato que esta mudança é antes de mais nada um processo histórico no qual o modelo a ser seguido foi escolhido dado um determinado quadro político, mostrar a institucionalização da pós-graduação e o significado deste fato dentro do movimento social.

A primeira indicação histórica da constituição de um novo modelo de formação de pessoal de ensino superior pode ser datada com a implantação, no imediato pós-guerra, da CAPES (Companhia de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, em 1946), que consolida a centralização de recursos. Essa idéia de centralização de recursos é oriunda da reforma de Capanema, na qual os institutos passaram a depender de recursos federais (1938). A CAPES representa uma forma de

<sup>1</sup> SANTOS (1985) pág.225.

<sup>2</sup> idem pág.223 (negritos meus).

organização universitária que no futuro será generalizada para a maioria quase absoluta de órgãos de ensino superior. Esta forma tem como base os seguintes parâmetros: é um órgão federal ligado ao Presidente, com uma capacidade organizacional própria (tanto administrativa quanto financeira) e capaz de se auto-reproduzir, isto é, não depende de outro órgão externo a ela para a sua reprodução.

Esta configuração é diferente da que existia na época, pois é um órgão nacional que por isso visa a totalidade do ensino superior, enquanto que o que havia até então eram centros de pesquisa e universidades que regiam por si só toda a sua organização. Havia muito pouco controle do Estado na organização (mesmo financeira) desses Centros e Universidades.

A Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional de 1961 é o primeiro documento oficial que coloca a necessidade de uma pós-graduação de âmbito nacional, porém deixando para as próprias universidades resolverem a questão, limitando-se a dizer que estas poderiam oferecer cursos de pós-graduação.

*(...) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma.<sup>3</sup>*

Neste mesmo período surge a FAPESP, que é um órgão estadual de financiamento de pesquisa e o CNPq, que é um órgão federal criado com o intuito de controlar o desequilíbrio da qualidade e quantidade de ensino e pesquisa entre as regiões do país.

Em 1968, é instituída a Lei da Reforma Universitária (Lei nº5.540), que contém especificamente o Plano Nacional de Pós-Graduação, entre outras formas de regulamentação das Universidades e Centros do país. Até esta data, qualquer decisão em relação à pós-graduação cabia a cada universidade dentro de suas regras e normas. A Lei de Reforma de 1968 determina que o Conselho Federal de Educação baixaria normas para a organização da pós-graduação, com a justificativa que os recursos exigidos ultrapassam as possibilidades de ação das universidades. O CNPq é encarregado de providenciar a instalação do Centros

de Pesquisa. Além da centralização normativa, surge o controle do Estado com relação ao credenciamento desses programas: os cursos só recebem financiamento do governo se atenderem às normas da aprovação baixadas pelo Conselho Federal de Educação

*O Conselho Federal de Educação conceituará os cursos de pós-graduação e baixará normas gerais para a sua organização, dependendo sua validade, no território nacional, de os estudos neles realizados terem os cursos respectivos credenciamento por aquele órgão.<sup>4</sup>*

Por trás desta Lei, surge a concepção do que deveria ser um *modelo* ideal para a estrutura universitária brasileira. Como foi visto, este processo de procura de *um* modelo para a estrutura universitária existe antes de 1968; porém, foi nesta data que se institucionalizou uma nova modalidade de ensino regular e de modelo único, pondo fim a outras formas alternativas. O modelo escolhido para a pós-graduação foi o modelo norte-americano, que tem como requisito legal o diploma de pós-graduação (mestre ou doutor) na promoção de carreiras universitárias; até então, os graus de mestrado e de doutorado não eram concedidos (a USP seguia o padrão francês que concede o grau de doutorado somente após um certo período de estudos e pesquisas independentes).

*Os programas de aperfeiçoamento de pessoal docente deverão ser estabelecidos pelas Universidades, dentro de uma política nacional e regional definida pelo Conselho Federal de Educação e promovida através da CAPES e do Conselho Nacional de Pesquisas.<sup>5</sup>*

Este Plano, ou melhor esta Reforma Universitária, quebra com a independência das universidades em todos os aspectos. Cria-se um centralismo autoritário, concentrador de recursos nos órgãos de governo e consolida a importância crescente dos aspectos burocráticos na vida universitária. Sua legislação incorporou algumas das questões que vinham sendo debatidas, porém de uma forma transfigurada, cujas consequências

3 - Artigo 69 b da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961.

4 Artigo 24, Lei nº5.540, 28/nov./68, Capítulo I

5 Artigo 36, Lei nº5.540, 28/nov./68, Capítulo II

persistem até hoje, como por exemplo, a flexibilidade administrativa. Porém, ao mesmo tempo, institui na sociedade uma classe de cientistas profissionais e este fato contribui para o avanço da ciência no país.

*A existência de um reconhecimento, pela sociedade, da existência de cientistas profissionais é um fator essencial para a constituição de uma comunidade científica com um mínimo de estabilidade e condições de trabalho a longo prazo. Para isto, é necessário que existam carreiras abertas a quem queira se dedicar à ciência; e recursos adequados para mantê-las.*<sup>6</sup>

Neste período foi extinta a Cátedra<sup>7</sup> como unidade básica de organização da universidade. Com isto termina um determinado tipo de poder: a cátedra se constituía de cadeiras estanques e de propriedade exclusiva do "catedrático" grau alcançado através de concursos, em que muitas vezes as ligações pessoais e políticas tinham um peso maior que o mérito acadêmico. Além da extinção da cátedra, altera-se o regime de trabalho do professor e consagra-se o concurso de provas e/ou títulos para a admissão de professores, instalando-se o princípio de "carreira docente". Naturalmente, o concurso de provas e/ou títulos também está sujeito a problemas semelhantes, em relação ao "clientelismo" mas não deixa de ser um processo mais aberto e democrático. É neste período e com estas transformações que a ciência passa a ser encarada como profissão. Antes a ciência, em muitos casos, era vista quase como um hobby; quem fazia ciência era quem tinha tal vocação e vivia através de outra profissão. A ciência como vocação com todos os seus lados, positivos e negativos, desaparece e a extinção da Cátedra é o exemplo deste fim. A ciência e por sua vez a Universidade passa agora a seguir regras institucionalizadas pelo governo federal não mais regras relacionadas a indivíduos.

Com essas alterações, o caráter administrativo e de poder básico passa para o departamento, que antes era a instância que congregava os professores de um determinado curso e que, nesta mudança, foi transformado em um

espaço de alocação de professores de uma mesma disciplina ou área de conhecimento. Surge a separação entre o curso e o departamento. O curso, após esta Reforma, é definido pelo currículo dado um determinado elenco de disciplinas (obrigatórias, optativas, eletivas) coordenado por um colegiado, a Coordenação de Curso.

*(...) operou-se uma transfiguração ao ser criado o novo Departamento se lhe definia como unidade de ensino e pesquisa, mas unidade neste caso, não significa uma união entre ensino e a pesquisa, e sim a menor fração de estrutura universitária em termos administrativos.*<sup>8</sup>

Acreditou-se que, com a configuração de um espaço chamado Departamento, a separação entre o ensino e a pesquisa seria resolvida pois estariam localizados na mesma unidade. Porém não foi isto o que se verificou e se verifica até hoje, pois com o regime de créditos e matrículas por disciplinas, cria-se um curso parcelado, semestral no qual o aluno não se sente parte de nenhuma turma.

Em fevereiro de 1969, surge a versão do AI5 para a educação, com a Lei nº477 na qual o governo federal passa a definir os tipos de qualidades de ensino em todos os níveis para toda a nação, criando uma parafernália burocrática que marca a estrutura universitária até hoje. A política de pós-graduação é representativa em termos de forma como a concepção e a execução das políticas nacionais de ensino pós-1968. É acima de tudo marcada pela criação de órgãos técnicos, que tomam decisões técnicas e centralizadas.

Este quadro centralizado e de âmbito nacional de institucionalização dos programas de ensino avançado, a pós-graduação, tem um fator econômico muito relevante: a centralização, em órgãos do governo externos à universidade, do financiamento para a pesquisa. Os recursos financeiros, após esta reforma, localizam-se em várias agências externas às universidades; as universidades aparecem como um espaço institucional de alocação profissional, caracterizando a pesquisa como uma compra e venda de serviços. Com a centralização do financiamento à pesquisa cria-se uma dependência a estes órgãos em relação ao sucesso ou não da pesquisa. Por um lado,

6 - SCHWARTZMAN (1979) pág. 215.

7 Lei nº 5.540, art.33, parágrafo 3º

8 PAOLI (1984) pág.41.

pesquisas que não são consideradas estratégicas podem ficar sem recursos, mas por outro e ao mesmo tempo, distribui-se melhor o financiamento em termos regionais e de conhecimento (a área de ciências humanas tem um aumento proporcionalmente maior que as outras áreas, principalmente pelo fato de que anteriormente a esta medida quase não havia financiamento para as ciências humanas, enquanto que as ciências exatas bem como as biológicas já tinham suas instituições organizadas para arrecadar recursos por exemplo o CNPq<sup>9</sup>).

*O Sistema de concessões (de bolsas) é determinado por um planejamento em que são considerados: o interesse prioritário de determinadas áreas, consideradas 'estratégicas' para o desenvolvimento do País; o interesses do estabelecimento de ensino a que pertence o candidato e a importância que, para a região em que está situado o estabelecimento em causa, assume o treinamento do bolsista.*<sup>10</sup>

Pode-se perceber que as modificações na organização da estrutura universitária e da formação da comunidade científica brasileira ocorrem em compasso com as formas como é financiada a atividade dos pesquisadores. Esta forma de financiamento por sua vez segue um determinado modelo político de institucionalização e controle do país. No Brasil, neste período de institucionalização da pós-graduação, vivia-se um momento de autoritarismo burocrático<sup>11</sup> que tem, entre alguns de seus fatores econômicos característicos a centralização em um órgão nacional dos recursos que devem ser passados para as outras instituições, que muitas vezes são também estatais.

A institucionalização da pós-graduação pode servir como uma representação em uma determinada área do que está acontecendo no país como um todo, pois essas características de centralização burocrático-autoritária e ao mesmo tempo uma maior democratização do acesso à carreira universitária podem ser observadas em outras áreas como, por exemplo, a saúde. Este processo não é específico do Brasil mas faz parte de um contexto histórico mais

amplo, que pode ser verificado em outros países, embora não idêntico, pois cada país se insere no contexto mundial segundo suas particularidades, mas o movimento aparentemente tem um sentido. Esta particularidade do processo, em especial na institucionalização da pós-graduação, revela um sentido. Percebe-se que tal sentido está além da situação (ou regime) autoritário<sup>12</sup> quando se depara com o seguinte paradoxo: Neste período houve um aumento representativo no número de bolsas para a área de ciências humanas: estava-se criando uma nova organização sem que se rompesse com o corpo já existente. A área da ciência humana que estava em franca oposição ao governo, que tinha muitos de seus membros (professores e alunos) sendo caçados, mortos, torturados, sendo agredidos em sua integridade intelectual e física, simultaneamente estava sendo estruturada por este governo em conjunto com as demais áreas. O sentido provavelmente não era de manutenção do poder tal como estava dado. A minha leitura deste sentido vem de encontro com a minha análise do movimento do capitalismo.

Observa-se que neste período o capitalismo passava por sua fase de grande indústria. No Brasil este processo é representado pela 'Substituição de Importações' esse processo que deve ser entendido não só como sendo substituição de importações de mercadorias mas também, e principalmente, substituição de importação de *know-how*. A pós-graduação, espaço de formação de cientistas de alto nível, deve ser entendida como sendo fundamental para a implementação de tal passo, tanto em termos de criação e reprodução da tecnologia necessária, mas também da produção no país de professores capazes de formar novos cientistas e reproduzir o conhecimento do país.

Há hoje (e já havia sinais naquela época) uma tendência de perda da centralidade do trabalho. A idéia de modernização já corrente no período via como sendo essencial para o desenvolvimento da nação a intensificação do ensino básico e de nível superior e da produção científica. Torna-se muito importante a modernização da formação da comunidade científica, isto é, sua profissionalização em um sentido mais amplo, pois esta será importante para a reprodução do sistema. Esta modernização era vista como sendo atingível pela centralização nas mãos do estado da formação e do desenvolvimento

9 Tabela na pág.109 do Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970, vol II.

10 idem. pág. 105.

11 CARDOSO (1975).

12 LINZ (1973).

desta comunidade científica. Neste sentido, a institucionalização da pós-graduação é um fator componente do processo.

O que surge como interessante no estudo da institucionalização da Pós-Graduação no Brasil é como este processo tem como componentes as principais políticas daquele período. Esta análise é importante para compreender os problemas universitários que se revelam hoje, pois surgem em conjunto com muitos dos problemas enfrentados pela sociedade e pelo Estado no momento; é a discussão de autonomia orçamentária, privatização, diminuição dos quadros que não está relacionada

somente com a Universidade mas também com o setor de saúde, petróleo, educação, moradia, em fim, com a sociedade toda. É a sociedade discutindo o seu modelo, é o Estado atuando de acordo com o contexto histórico busca-se neste momento desinstitucionalizar algumas instituições para quem sabe seguir um modelo mais adequado. Na pós-graduação este fato pode ser observado com as novas políticas de avaliação feitas pelos Centros financiadores de pesquisa às pesquisas e à Universidade. É a adequação do modelo de Pós-Graduação institucionalizado no pós-1964 ao mundo pós-1989.

### Bibliografia

- AGUIAR, Flávio. A Pós-Graduação no Brasil. in *Anais do I Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia*, São Paulo, 16 a 18 de dezembro de 1984.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. Paz e Terra, São Paulo, Brasil, 1975.
- \_\_\_\_\_. "Desenvolvimento Associado Dependente e Teoria Democrática" in STEPAN, Alfred. org. *Democratizando o Brasil*. Paz e Terra, São Paulo, Brasil, 1988.
- COLLIER, David. "Sobre o Modelo Burocrático-Autoritário" in *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Paz e Terra, São Paulo, 1980.
- FAUSTO, Ruy. A 'Pós-Grande Indústria' nos Grundrisse (e para além deles). in *Lua Nova*. nº 19, nov 1989.
- LINZ, Juan. The Future of an Authoritarian Situation and Institutionalization of an Authoritarian Regime. in Alfred Stepan, *Authoritarian Brazil. Origins, Policies and Future*. Yale University Press, New Haven, 1973.
- PAOLI, Niuvenius J. Para repensar a Universidade e o Pós-Graduação. in *Anais do I Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia*, São Paulo, 16 a 18 de dezembro de 1984.
- Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970, área estratégica IX, infra-estrutura social, vol I e II, Educação e Recursos Humanos.
- QUEIROZ NETO, José Pererira de. Pós-Graduação no Brasil; Implantação, Crescimento e Crise. in *Anais do I Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia*, São Paulo, 16 a 18 de dezembro de 1984.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "A Pós Revolução Brasileira." in org. JAGUARIBE, Hélio. *Brasil, Sociedade Democrática*. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1985.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. Editora FINEP e Companhia Editora Nacional, 1979.